



Anais da Assembléia

N.º 34

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 46.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Alfredo Gulin, Deni Schwartz, Luiz Alberto Oliveira, Renato Bernardi e Valter Pietrângelo (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, requeiro à Mesa, seja verificada a existência de número legal, para a instalação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende o pedido de V. Exa. e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que faça soar os tímpanos, a fim de que os Srs. Deputados possam ouvir e comparecer ao plenário para a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja dar uma informação ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. V. Exa. manifestou preocupação para que a Presidência soasse os tímpanos.

E a Presidência informa a V. Exa. que, infelizmente, o som para o anexo está com defeito.

Talvez essa a razão, pela qual não estejamos conferindo o número dos Srs. Deputados no plenário, com o número constatado de presença, na portaria da Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, permita-me, agradecendo a deferência, então eu solicitaria a V. Exa., que solicitasse ao nobre Deputado que ocupa a 1.ª Secretaria para que fizesse nova chamada nominal, porque parece que existe um equívoco entre o confronto dos presentes com o confron-

to das anotações. Agradecemos, Sr. Presidente, e aguardamos que V. Exa. determine ao Sr. 1.º Secretário uma nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Sr. 1.º Secretário informará quantos Srs. Deputados se encontram no plenário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Dezoito (18) Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a presença de dezoito (18) Srs. Deputados, o Sr. 2.º Secretário fará a leitura da ata da sessão extraordinária do dia anterior.

O SR. LÚCIO MACHADO — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, V. Exa. acaba de informar que a chamada nominal procedida para a verificação de quorum não confere com a lista de presença da portaria deste Parlamento. Contrariando dispositivo de V. Exa., eu queria que se fizesse registrar que a presença do Deputado poderá ser demonstrada somente no plenário, a não ser que haja dispositivos legais que dêem prerrogativas a V. Exa. de aceitar a presença de portaria como presença de Plenário. Era esta a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A questão de ordem de V. Exa. tem procedência. O que a Presidência quis, como justificativa, afirmar, é que o serviço de som não está atingindo os gabinetes dos Srs. Deputados, gabinetes estes situados no anexo. Talvez essa razão haja determinado a ausência dos Srs. Deputados, neste plenário. Todavia a ausência dos Srs. Deputados, no plenário não valida para quorum regimental e V. Exa. tem razão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 149/76, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL SANTO ANTÔNIO, sediada na cidade de Ubiratã. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 46.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quiel-se Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanuso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Augusto Carneiro e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ernesto Gnoato, Alfredo Gulin, Deni Schwartz, Luiz Alberto Oliveira, Renato Bernardi e Valter Pietrângelo (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem número 63/77

Curitiba, 13 de abril de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, os cargos que especifica, fixando-lhes os respectivos vencimentos mensais.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses do Ensino, eis que consubstancia as primeiras providências no sentido da execução da Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o atuto do Magistério.

Os estudos necessários à elaboração do plano de lei questão, foram criteriosamente realizados pelos órgãos competentes da Administração, os quais, como não poderia deixar de ser, observaram a atual conjuntura financeira do Estado e a programação orçamentária existente.

Vale, nesta oportunidade, ressaltar que os propostos vencimentos mensais para os cargos do Quadro Próprio do Magistério, vão situar o professor paranaense entre os de melhor remuneração em nosso País. Este fato, em si mesmo, bem demonstra a preocupação do Governo do Estado em conferir condigna remuneração aos integrantes do Magistério.

Por outro lado, devo destacar o fato de que o escalonamento da vigência das vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento na nova situação, configura aspectos de inteira e salutar justiça, pois, tais, vantagens, são antecipadas àqueles de menor remuneração ou sejam, os professores das primeiras séries do Ensino de Primeiro Grau.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º São criados no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, quarenta e seis mil e duzentos e vinte (46.220) cargos, conforme as especificações contidas no anexo que faz parte da presente lei.

Art. 2.º Como providência inicial para a execução do disposto no art. 14 e § único da Lei Complementar número 7, os atuais ocupantes do cargo de Professor terão o seguinte aproveitamento:

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
Nível	Nível de Atuação	Séries de Classes	Níveis de Vencimentos
16	I	A	1
17	I	A	1
18	I	B	2
19	II	B	2
20	III	C	3
21	III	C	3
22	V	E	5
23	V	E	5
24	V	E	5

§ 1.º As vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento dos atuais ocupantes do cargo de Professor do Ensino Primário Normal, níveis 16 a 19, serão devidas a partir de 01 de agosto de 1977.

§ 2.º As vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento dos atuais ocupantes do cargo de Professor, níveis 20 a 24 e ainda, os abrangidos pelos artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar número 7/76, serão devidas a partir de 01 de março de 1978.

§ 3.º O aproveitamento referido no "caput" deste artigo dar-se-á mediante o efetivo cumprimento do art. 108, alínea b, da Lei Complementar número 7/76 e da carga horária semanal prevista nos Anexos I-A e I-B do citado diploma legal, à vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares e da necessidade do ensino.

Art. 3.º O aproveitamento no Quadro Próprio do Magistério dos atuais professores, níveis 16 a 19, que estiverem no exercício de funções não compatíveis com o Ensino, a Educação, a Cultura e a Pesquisa e que optarem pelo retorno ao efetivo exercício do Magistério, na SEEC, dar-se-á a partir de 01 de janeiro de 1978.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargo de Professor que optarem pelo retorno ao Magistério, na forma do contido no § terceiro anterior, serão reletados pela SEEC, à vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares e da necessidade do ensino.

Art. 4.º O Chefe do Poder Executivo regulamentará por decreto o aproveitamento do Professor, no Grupo Ocupacional Especialista MPE-200, de acordo com a necessidade e conveniência do ensino.

Art. 5.º Os vencimentos dos cargos de que tratam o art. 1.º e o anexo desta lei, são os seguintes:

NÍVEL DE VENCIMENTOS	VENCIMENTOS MENSAIS
1	Cr\$ 1.850,00
2	Cr\$ 2.603,00
3	Cr\$ 2.861,00
4	Cr\$ 3.722,00
5	Cr\$ 5.135,00

Art. 6.º Ficam automaticamente extintos os cargos que vagarem em decorrência do aproveitamento de seus ocupantes no Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 7/76.

Art. 7.º As despesas decorrentes da execução desta lei serão atendidas conforme o disposto no art. 109 da Lei Complementar número 7/76.

Art. 8.º Respeitadas as disposições dos parágrafos Primeiro e segundo do artigo segundo e do "caput" do artigo terceiro, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SERVIÇO: MAGISTÉRIO

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS
GRUPO OCUPACIONAL: PROFESSOR MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
I	MPP-101	Professor	Classe A	1	22.000	22
	MPP-101	Professor	Classe B	2	3.000	22
	MPP-101	Professor	Classe C	3	—	22
	MPP-101	Professor	Classe D	4	—	22
	MPP-101	Professor	Classe E	5	—	22
II	MPP-102	Professor	Classe B	2	1.000	22
	MPP-102	Professor	Classe C	3	2.000	22
	MPP-102	Professor	Classe D	4	—	22
	MPP-102	Professor	Classe E	5	—	22
III	MPP-103	Professor	Classe C	3	2.500	22
	MPP-103	Professor	Classe D	4	—	22
	MPP-103	Professor	Classe E	5	—	22
IV	MPP-104	Professor	Classe D	4	20	22
	MPP-104	Professor	Classe E	5	—	22
V	MPP-105	Professor	Classe E	5	5.000	22

SERVIÇO: MAGISTÉRIO

GRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTA MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	Classe C	3	300	22
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	Classe D	4	650	22
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	Classe E	5	1.700	22
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	Classe C	3	1.720	22
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	Classe D	4	1.700	22
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	Classe E	5	480	22
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	Classe C	3	1.700	22
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	Classe D	4	1.700	22
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	Classe E	5	180	22
Micro-Educação	MPE-204	Inspector de Ensino	Classe C	3	310	22
Micro-Educação	MPE-204	Inspector de Ensino	Classe D	4	120	22
Micro-Educação	MPE-204	Inspector de Ensino	Classe E	5	60	22
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	Classe E	5	80	22

EMENDA:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

Projeto de Lei número 114/76

As divisas constantes do art. primeiro passam a ter a seguinte redação:

"DISTRITO DE SÃO JORGE:

Partindo do rio Paraná, na foz do rio Paracará, segue-se margeando o referido rio água acima até a barra do Ribeirão Jequetibá, confrontando por este lado com o município de Umuarama. Desta barra segue-se margeando o Ribeirão Jequetibá água acima, até a barra do ribeirão São Henrique, confrontando por este lado com o município de Pérola, e, em continuação, segue-se margeando o ribeirão São Henrique água acima, até o marco 125/126, cravado à margem esquerda do mesmo ribeirão. Deste marco segue-se o rumo 32° 47' SW, com a distância de 1.540,00 metros onde encontra-se outro marco 125/126, cravado à margem da estrada São Henrique. Deste marco cruza-se a estrada São Henrique, onde se encontra o marco 228/229, também cravado à margem da mesma estrada; deste marco segue-se o rumo 51° 54' SW, na distância de 1.220,00 metros, onde se encontra outro marco 228/229, cravado na nascente do córrego São Vicente. Deste marco segue-se margeando o córrego São Vicente água abaixo até sua barra no Rio São João; desta barra segue-se margeando o Rio São João água acima, até a barra do córrego Nossa Senhora do Carmo e, em continuação, segue-se margeando o córrego Nossa Senhora do Carmo água acima até o marco 98/99 cravado à margem esquerda do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 41° 41' SW na distância de 495,00 metros onde se encontra outro marco 98/99, cravado à margem da estrada Mestre, confrontando por este lado com o distrito de São João. Deste marco segue-se margeando a estrada Mestre na distância de 151,00 metros até a estrada Nossa Senhora Aparecida e, em continuação, segue-se margeando a estrada Nossa Senhora Aparecida até o marco 160/161 na distância de 131,85 metros. Deste marco segue-se o rumo 74° 07' NW na distância de 1.440,00 metros, onde se encontra outro marco 160/161 cravado à margem esquerda do córrego Nossa Senhora Aparecida. Deste marco segue-se margeando o córrego Nossa Senhora Aparecida água abaixo, até sua barra no ribeirão do Caju; desta barra segue-se margeando o ribeirão do Caju água abaixo até sua barra no rio São João e, em continuação, segue-se margeando o rio São João água abaixo até a lagoa São João e desta lagoa segue-se margeando o rio São João água abaixo, até sua foz no rio Paraná, confrontando-se por este lado com o distrito de Altônia e, em continuação, segue-se margeando o rio Paraná água acima, até a foz do rio Paracará, ponto de partida.

DISTRITO DE SÃO JOÃO:

Partindo do marco 1/168, cravado à margem da estrada Mestre, divisa do município de Pérola com o município de Altônia, segue-se o rumo 59° 32' NW, na distância de 850,00 metros, onde se encontra outro marco 1/168 cravado na nascente do ribeirão Jequetibá; em continuação segue-se margeando o ribeirão Jequetibá água abaixo, até a barra do ribeirão São Henrique, confrontando por este lado com o município de Pérola. Desta barra segue-se margeando o ribeirão São Henrique água acima, até o marco 125/126, cravado à margem esquerda do mesmo ribeirão. Deste marco segue-se o rumo 32° 47' SW na distância de 1.540,00 metros, onde se encontra outro marco 125/126, cravado à margem da estrada São Henrique. Deste marco cruza-se a estrada São Henrique, onde se encontra o marco 228/229, também cravado à margem da mesma estrada. Deste marco segue-se o rumo 51° 54' SW na distância de 1.220,00 metros, onde se encontra outro marco 228/229, cravado na nascente do córrego São Vicente. Deste marco segue-se margeando o córrego São Vicente água abaixo até sua barra no rio São João e, em continuação, segue-se margeando o rio São João água acima, até a barra do córrego Nossa Senhora do Carmo água acima até o marco 98/99, cravado à margem esquerda do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 41° 41' SW na

distância de 495,00 metros, onde encontra-se outro marco 98/99, cravado à margem da estrada Mestre, confrontando-se por este lado com o distrito de São Jorge. Deste marco cruza-se a estrada Mestre, onde se encontra o marco 778/779, também cravado à margem da mesma estrada. Deste marco segue-se o rumo 0° 08' SW na distância de 245,00 metros, onde se encontra outro marco 779/778, cravado na nascente do córrego Fortuna. Deste marco segue-se margeando o referido córrego Fortuna água abaixo, até sua barra no ribeirão Iporã e, em continuação, segue-se margeando o ribeirão Iporã água abaixo, até o marco 477, cravado à margem da estrada da divisa, confrontando-se por este lado com o distrito de Altônia. Deste marco segue-se margeando a estrada da Divisa até o marco 331 cravado à margem direita do rio Xambrê, na distância de 14.425,05 metros, confrontando por este lado com o município de Iporã. Deste marco segue-se margeando o rio Xambrê água acima, até o ribeirão Porongos e, em continuação, segue-se margeando o ribeirão Porongos água acima até o ribeirão Sara Cura e, em continuação, segue-se margeando o ribeirão Sara Cura água acima até o córrego Piriquito e, em continuação, segue-se margeando o córrego Piriquito água acima até sua nascente, onde se encontra o marco 136/265. Deste marco segue-se o rumo 38° 12' NW na distância de 670,00 metros, onde se encontra outro marco 136/265, cravado à margem da estrada Mestre. Deste marco segue-se a estrada Mestre até o marco 1/168, ponto de partida medindo a distância de 5.176,56 metros, confrontando por este lado com o município de Pérola.

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO:

Partindo do rio Paraná, na foz do rio Piquiri, segue-se margeando o rio Piquiri água acima, até alcançar a barra do ribeirão Iporã, confrontando por este lado com o município de Terra Roxa; deste ponto, ou seja, da barra do ribeirão Iporã segue-se margeando o ribeirão Iporã água acima, até a barra do córrego Isabel, confrontando por este lado com o município de Iporã e, em continuação, segue-se margeando o córrego Isabel água acima, até o marco 14/1001, cravado à margem direita do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 81° 18' NW na distância de 4.138,00 metros, onde se encontra o marco 1/13, cravado à margem esquerda do ribeirão Altônia. Deste marco segue-se margeando o ribeirão Altônia água abaixo, até a barra do ribeirão Prado e, em continuação, segue-se margeando água abaixo o ribeirão Prado até sua foz no Rio Paraná, confrontando por este lado com o distrito da sede do município de Altônia; em continuação segue-se margeando o rio Paraná, água abaixo até a foz do rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2º - O distrito da sede do município de Altônia passa a ter os seguintes limites e confrontações:

Partindo do rio Paraná, na foz do rio São João, segue-se margeando o rio São João acima até a lagoa São João; desta segue-se margeando o mesmo rio São João água acima, até a barra do córrego do Caju e, em continuação, segue-se margeando o córrego do Caju e, em continuação, segue-se margeando o córrego do Caju água acima, até o córrego Nossa Senhora Aparecida e, em continuação, segue-se margeando o córrego Nossa Senhora Aparecida até o marco 160/161, cravado à margem do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 74° 07' SE, na distância de 1.440,00 metros onde se encontra outro marco 160/161, cravado à margem da estrada Nossa Senhora Aparecida. Deste marco segue-se margeando a estrada Nossa Senhora Aparecida, até a estrada Mestre, na distância de 131,85 metros, confrontando por este lado com o distrito de São Jorge. Em continuação segue-se margeando a estrada Mestre na distância de 151,00 metros onde se encontra o marco 778/779. Deste marco segue-se o rumo 0° 02' SW, na distância de 255,00 metros onde se encontra outro marco 778/779, cravado na nascente do córrego Fortuna. Deste marco segue-se margeando o referido córrego Fortuna água abaixo, até sua barra no ribeirão Iporã. Desta barra segue-se margeando o ribeirão Iporã água abaixo até o córrego Isabel, confrontando por este lado com o distrito de São João e município de Iporã. Em continuação segue-se margeando o córrego Isabel água acima até o marco 14/1001, cravado à margem

direita do mesmo córrego. Deste marco segue-se o rumo 81° 18' NW, na distância de 4.138,00 metros, onde se encontra o marco 1/13, cravado à margem esquerda do ribeirão Altônia. Deste marco segue-se margeando o ribeirão Altônia água abaixo até sua barra no ribeirão Prado e, em continuação, segue-se margeando o ribeirão Prado água abaixo, até sua foz no rio Paraná, confrontando por este lado com o distrito de Jardim Paredão e, em continuação, segue-se o rio Paraná água acima até a foz do rio São João, ponto de partida.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda colaborar com a iniciativa do nobre Deputado Paulo Camargo, dando divisas naturais e confrontações permanentes e inconfundíveis, que no amanhã não possam ser contestadas, divisas estas elaboradas por técnicos competentes e conhecedores da região, cujos mapas e memoriais descritivos nesta oportunidade fazemos juntar.

Assim, são apontadas na presente emenda divisas naturais, tanto quanto possível. Quando adotadas divisas por linhas secas, teve-se o cuidado de descrever e apontar rumos e marcos, o que é, sem dúvida alguma, altamente benéfico para os próprios distritos que se pretende criar, evitando, no futuro, qualquer tipo de confusão ou perturbação da ordem social.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A sociedade paranaense e a comunidade desportiva brasileira foi colhida, esta madrugada, com a notícia do falecimento, em nossa Capital, do Sr. Almir de Almeida, figura humana que todos aprenderam a respeitar e a admirar, em razão das virtudes que aureolaram o seu caráter e o seu espírito.

Nascido na Bahia, elegeu o Paraná — pelas reiteradas demonstrações de afeto e carinho — a terra de seu coração. Desde longo tempo Almir de Almeida transferiu-se para o nosso Estado, onde suas qualidades de atleta, de técnico esportivo, de professor, de orientador, passaram a contribuir para o desenvolvimento dessas atividades na terra paranaense.

As suas habilidades profissionais passaram a ser requisitados pelos grandes centros e pelas grandes associações, até que finalmente, passou a emprestar seus conhecimentos à Confederação Brasileira de Desportos, e, em particular, à Seleção Brasileira de Futebol.

O Paraná e os paranaenses muito devem à abnegação, ao talento e à capacidade do Prof. Almir de Almeida, pelo que todos se vêem consternados, agora, com o seu falecimento.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento do Prof. Almir de Almeida.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor do presente, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consagração de voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. ALMIR DE ALMEIDA, supervisor da Seleção Brasileira de Futebol, ocorrido em data de hoje, em nossa Capital.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, a inserção em ata, da sessão de hoje, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Almir de Almeida, supervisor técnico da Confederação Brasileira de Desportos, ocorrida nesta madrugada, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

Almir de Almeida, falecido, nesta madrugada, em Curitiba, após longos meses de cruel enfermidade, abre uma lacuna difícil de ser preenchida no desporto brasileiro. Desportista de escol, foi professor da Escola de Educação Física do Paraná e, atualmente, desempenhava as altas funções de supervisor técnico da Confederação Brasileira de Desportos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa do Estado, requer:

1 — seja inserto, na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil, por haver assinado ato revogando o Parágrafo Único, do ARTIGO 17, DA LEI 4864, de 29 de novembro de 1965, que permitia ao proprietário retomar imóvel cuja locação estivesse sob regime jurídico do Código Civil Brasileiro;

2 — seja, desta decisão, dado ciência ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, digníssimo Presidente da República, através de ofício deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977.

(a) JOÃO FADEL

JUSTIFICATIVA:

Como divulgado por toda imprensa do País, o Presidente Ernesto Geisel vem de assinar ato revogando o Parágrafo Único do Art. 17, da Lei número 4864, de 29 de novembro de 1965, que permitia a propositura de AÇÃO DE DESPEJO mediante simples declaração de intenção do locador de retomar ao locatário, o uso do imóvel, medida conhecida nos meios populares como “denúncia vazia”, de nefastos efeitos sócio-econômicos para toda a população brasileira.

A decisão do eminente Presidente Ernesto Geisel, revogando aquela excrescência jurídica que, subrepticiamente fora introduzida no diploma legal que regula o inquilinato vem provar, mais uma vez, a sensibilidade do Chefe da Nação para atendimento das legítimas reivindicações do povo e atesta, também e principalmente, a disposição inabalável da Revolução Democrática Brasileira ser a defensora intransigente das aspirações populares, na concretização irrecusável de seu ideário de segurança, desenvolvimento e justiça social.

Porisso e nesta fase em que a Revolução de 31 de março de 64 se reencontra e se renova na disposição de revitalizar todo o processo social, político e econômico da Nação para que o Brasil possa, enfim, passar a um novo estágio de progresso e desenvolvimento com a decidida participação das forças vivas da comunidade, entendemos mais que oportuno que o Poder Legislativo do Estado do Paraná manifeste, oficialmente, seu aplauso e seu apoio incondicional à medida sancionada pelo preclaro Presidente Ernesto Geisel, o que, certamente, também será o entendimento dos demais nobres Deputados que haverão de dar ao presente requerimento seu indispensável e honroso apoio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhada sugestão ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de serem promovidas palestras pelos meios de difusão versando sobre incêndio e como devem usar os dispositivos de segurança.

De fundamental importância é a orientação que devem ter as pessoas nas ocasiões de incêndios, especialmente nos prédios de elevado número de apartamentos, pois o que sempre ocorre é o pânico generalizado, quando deveriam antes saber utilizar os instrumentos de que dispõem, como extintores e mangueiras, como forma viável de evitar a propagação do fogo. E isso ocorre, não só pelo pavor de que são possuídas as pessoas, mas também por não saberem manejar os dispositivos de segurança.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem da Mesa, que na sexta-feira vindoura, dia 22, não se realize sessão ordinária, destinando-se o tempo que lhe corresponderia a trabalhos das Comissões, facultando assim, aos órgãos técnicos da Casa, ativar seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977.

(aa) LUIZ ROBERTO SOARES
TRAJANO BASTOS

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Em sua edição de ontem, “O Estado do Paraná” trata do problema da educação e mais especificamente do Estatuto do Magistério.

Numa longa análise do problema, o texto sobre a matéria deixa a transparecer com enorme facilidade que seu escopo é um só: criar no professor, uma imagem negativa do governo.

Reconhece todavia, o redator da matéria, que, desde o advento da Lei 5692 a classe do Magistério paranaense vem reivindicando por um estatuto obrigatório e que só agora, passados seis anos do advento da referida lei, é o mesmo concretizado conforme as conotações da reforma do ensino.

Mas, não reconhece a decisão do atual governo Jayme Canet em remeter o estatuto para esta Casa de Leis.

Insiste no veto apostado pelo Governador no que se refere às remoções, criando no professorado um clima de insegurança como se não mais existissem as remoções, quando elas são garantidas quer pelo estatuto dos funcionários civis, quer pela própria Constituição.

Reclama da inexistência da lista tríplice, mas não fala que o novo estatuto criou a carreira para o pessoal especialista do magistério. Se pela lista tríplice o diretor escolhido tem mandato de três anos, não haveria razão de criação de carreira, preconizada pela Lei 5692.

Fala dos vetos quanto à contratação de professores pelo regime da CLT, mas esquece de dizer que o Governo propôs, na sua mensagem, a contratação, mas, com a emenda apresentada impondo tal contratação sempre que houvesse vaga, houve necessidade do veto.

E isso é elementar: havendo vaga e sendo o Governo compelido a contratar pela CLT, jamais haveria concurso, porque só se faz concurso quando existem vagas.

Isso os “negativistas” não contam aos professoras que aguardam o concurso.

Já em seguida refere-se ao veto quanto à realização do concurso de imediato, provando que não sabe exatamente o que

quer, ou pretendendo quem sabe confundir ainda mais o professorado.

O concurso continua no corpo do estatuto, aprovado e sancionado. Basta ler o parágrafo único do artigo 20.

O prazo de 90 dias para o primeiro concurso é que não poderia ser atendido e por uma questão muito simples: primeiro deverá ser atendida a etapa das promoções, de que trata o próprio estatuto, após o que, conhecidas as vagas, poderá o governo realizar o concurso.

Refere-se ainda à vantagem que se atribuíra ao inativo, mas esconde que essa matéria é tratada na própria Constituição do Estado, em seu artigo 75.

E conclui falando do veto à revogação do Decreto 1495, mas não diz que, se revogado esse decreto, não restaria um instrumento legal para regular as aulas suplementares.

A verdade é que os vetos do Governador não prejudicam o professor quer quanto à sua remuneração, quer quanto ao concurso, quer quanto às promoções, quer quanto a sua vida profissional.

O que ninguém diz é que o estatuto valorizou o professor do ensino primário.

O que está acontecendo na verdade é que pseudos e maus líderes da classe, ao invés de lutarem pelos legítimos interesses do professorado, dentro das possibilidades de atendimento junto ao Governo, estão isto sim, tumultuando, confundindo e tentando até mesmo criar um ambiente hostil e de agitação.

Um outro aspecto da reportagem ontem publicada, prova que está faltando sinceridade na colocação da matéria.

O referido texto sobre o estatuto conclui dizendo que os reflexos dessas situações incabíveis se traduzem no número cada vez mais crescente de mestres a abandonar o ensino público ou solicitar licenças sem vencimento e aí, diz que só no “Diário Oficial do Estado”, de cinco de dezembro de 1976, foram constatadas mais de 3.000 concessões pela SEC.

Vale analisar por etapas.

Primeiro: dia 5 de dezembro de 1976 foi um domingo.

Nesse dia não houve “Diário Oficial” do Estado e nem tampouco no dia 04 que foi sábado.

Segundo: foram publicadas 241 listas de licenças nos dias 3 e 6 de dezembro — Diários Oficiais números 189 e 190.

Contudo foram licenças para tratamento de saúde e concedidas a professores e funcionários administrativos.

Terceiro: durante todo o ano de 76 foram concedidas 480 licenças sem vencimentos a funcionários da SEC, referentes aos meses de abril a dezembro.

Como se observa houve outro gravíssimo engano de quem deu a informação.

E concluiremos repetindo a opinião do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná: “Mesmo não sendo o ideal é preferível ter o Estatuto agora, com possibilidades de mudanças no futuro, do que não ter nada”.

Era o registro que gostaríamos de fazer desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O “Diário Oficial” do Paraná do dia 31 de março último, à página 7, publica o contrato de prestação de serviços e honorários profissionais que o Estado do Paraná, representado por seu Procurador Geral, Dr. Léllis Antônio Correia, firmou, para contratar os serviços profissionais do Professor Dr. Washington de Barros Monteiro, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com escritório à Praça Ramos de Azevedo, número 209, 8º andar, para o fim de colaboração de memorial em defesa dos direitos dos interesses do Estado do Paraná, na ação de indenização de procedimento ordinário proposta por Alberto Vendramini e sua mulher, ora em grau de recurso extraordinário em processamento, e julgamento, pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro Cunha Peixoto, mediante as seguintes cláusulas: o Professor

Washington de Barros Monteiro elaborará memorial nos autos supra, para ser distribuído ao Exmo. Sr. Ministro Relator e demais Ministros componentes da Turma Julgadora, o qual visa ilustrar e reforçar os argumentos do Estado do Paraná, objeto do recurso extraordinário interposto nos autos supra mencionados;

2 — O Professor Washington de Barros Monteiro, no dia do julgamento de dito recurso, comparecerá ao Supremo Tribunal Federal para assistir o julgamento aludido, fazendo a respectiva sustentação oral dos argumentos (ou fundamentos) do memorial, se assim entender conveniente;

3 — Pelos serviços prestados, o Estado do Paraná pagará ao Professor Washington de Barros Monteiro, a título de honorários, a quantia certa de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), cuja importância lhe será paga após o processamento adequado do respectivo requerimento formulando o pagamento, obedecidas as formalidades legais que regem as despesas públicas;

4 — Quando referido processo estiver em pauta para julgamento, no Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria Geral do Estado do Paraná, informará o Professor Washington de Barros Monteiro de tal circunstância, providenciando passagem aérea até Brasília”.

Lemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a íntegra desse contrato para que esta Casa e o Paraná soubesse do inteiro teor dos seus termos, pelos quais se contrata um jurista de São Paulo, um civilista, é verdade, que autor de livros, mas desligado dos interesses e das coisas paranaenses. E por esses serviços, pela elaboração deste memorial, pagar-se-á, àquele profissional, a quantia de 100 mil cruzeiros. Como se no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tivéssemos juristas de nome, juristas eméritos, juristas de respeito, juristas qualificados, capazes de, em igualdade de condições, ou em melhores condições, elaborar esse memorial e se empenhar, com maior brilho, na defesa dos interesses do Paraná.

Gostaria de citar alguns que o Paraná todo conhece e enaltece: o professor Lamartine Correia de Oliveira, Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; o professor Altino Portugal Soares Pereira; Dr. Hosken de Novaes, civilista consagrado; Dr. Eduardo Rocha Virmond, Presidente do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados; o Dr. Alir Ratchesky; o emérito Dr. Egas Muniz de Aragão; o Dr. Antônio Alves do Prado; Dr. Kiyoshi Kanayama; e uma plêiade de juristas eméritos que temos no Paraná, capazes, portanto, de bem defender os interesses de nosso Estado, sem necessidade de, a peso de ouro, contratarmos os serviços de profissionais de outros Estados.

Mas, nem é necessário que assim se fizesse, porque temos a Procuradoria Geral do Estado com 207 advogados, ao que estamos informados. São 207 advogados contratados, pertencentes ao Quadro de Funcionalismo do Estado, para defender os interesses do Paraná. E cada advogado do Estado, já com o aumento de vencimentos ora concedido, percebe, por mês, 3 mil, 777 cruzeiros e 80 centavos, ou terão que trabalhar quase dois anos e meio para perceber o que o professor Washington de Barros Monteiro perceberá, dos cofres do Paraná, por um simples memorial!

Eis porquê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante do que me parece uma situação gravíssima e até contrária aos interesses dos cofres públicos, quero aproveitar a ocasião de encaminhar à Mesa, para apreciação do Plenário, o seguinte pedido de informações...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O tempo de V. Exa. está esgotado.

Todavia, a Presidência deferirá ao Sr. 1º Secretário a incumbência de fazer a leitura do requerimento de V. Exa., para conhecimento do Plenário.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço a gentileza que V. Exa. me defere. Mas, o nobre Deputado Maurício Fruet usará da palavra e procederá a leitura do meu requerimento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Realiza o Paraná, no governo de “Jayme Canet Júnior”, um grande esforço na área de saúde e assistência social, destinando recursos e tecnologia para amenizar a situação de populações paranaenses carentiadas e que só podem contar com a assistência médica da área oficial.

No início da semana, por exemplo, tive a oportunidade de acompanhar o Secretário Arnaldo Busato numa solenidade que muito me comoveu e na qual senti que a soma de trabalho Governo-Comunidade, vem oferecendo resultados magníficos em favor do povo paranaense.

Entregava o Governo do Paraná ao Hospital Erasto Gaertner um equipamento altamente eficaz para a prevenção do câncer, o pan-endoscópio, considerado pelos técnicos em medicina preventiva como um dos mais avançados em matéria de constatação do câncer no estômago, duodeno, esôfago e para o “check-up” do aparelho digestivo.

Nós políticos, acostumados a sentir os problemas do povo, a viver as suas dificuldades, a lidar com a massa popular, nos emocionamos ao sentir que médicos como o Dr. Sady Pizatto, diretor daquele nosocômio e o Dr. João Cândido Cunha Pereira, chefe do setor de endoscopia, se sensibilizaram com a doação do aparelho destinado exclusivamente à diagnose do câncer em doentes ou pacientes sem nenhum recurso financeiro.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a significação de um momento tão simples.

O Estado, o Governo, através seu setor de saúde pública, preocupado em dar aos pacientes mais pobres, aos indigentes que vêm de todo o interior do Paraná, a oportunidade do prolongamento da vida através de um diagnóstico mais correto.

O Governo, sem alardear, sem sair pelas ruas a anunciar os seus investimentos, levando a um Hospital da importância do “Erasto Gaertner” um aparelho da eficiência do GASTRODUODENOFIBROSCÓPIO que, conforme afirmou o próprio médico João Cândido da Cunha Pereira, terá a importância médica de localizar com a devida precocidade, disfagias, hemorragias digestivas altas, hérnias, câncer gástrico, evitando que o paciente, pelo diagnóstico errado, tenha a sua condição agravada para um grau mais elevado de evolução da doença quando os recursos da medicina já não mais poderão evitar o avanço implacável do mal.

É uma iniciativa pioneira na área do Governo, e o Paraná está de parabéns porque demonstra, com sua preocupação com o homem, com a sua saúde, com o seu bem estar, com a sua educação e com o direito que ele tem de ser útil à sua comunidade, que as metas de humanização não são simplesmente linhas de uma teoria, mas, principalmente, o programa que vem sendo executado pela administração profundamente humana deste homem que é o Governador de todos os paranaenses”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Maurício Fruet, inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, passo a ler o requerimento assinado pelo ilustre Deputado Osvaldo Macedo, cujo texto é o seguinte (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, para que o mesmo, dentro do prazo de 30 dias, esclareça esta Casa sobre as seguintes indagações:

1 — Quantos processos judiciais, em que o Estado do Paraná é parte, se encontram em fase de julgamento ou processamento perante o egrégio Supremo Tribunal Federal?

2 — Quem responde pelo acompanhamento, pelo preparo dos processos e pela defesa dos interesses do Estado perante a Suprema Corte?

3 — Quantos contratos de prestação de serviços foram celebrados com juristas não pertencentes aos quadros do funcionalismo

estadual foram celebrados, com o objeto dos mesmos contratos e quais os valores dos honorários e demais obrigações assumidas pelo Estado em cada um desses contratos, com a indicação dos nomes dos profissionais contratados?

4 — Quantos advogados prestam serviços à Procuradoria ou Consultoria Geral do Estado? Qual o vencimento médio mensal de cada um?

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977”

Sr. Presidente, regimentalmente estávamos impedidos de apartear o ilustre Deputado, autor do presente requerimento e, por esta razão, pedimos a inscrição no Pequeno Expediente para, em aditamento ao que foi dito pelo Deputado Osvaldo Macedo, afirmar que é muito estranho a atitude do Governo do Estado em contratar o ilustre jurista paulista, oferecendo a importância de 100 mil cruzeiros a fim de defender os interesses do Estado, apresentando um memorial perante o Supremo Tribunal Federal. É estranho, porque o Estado do Paraná mantém, permanentemente, em Brasília, um advogado contratado para acompanhar, apresentar memoriais, oferecer razões orais nos recursos e nas defesas em que esteja envolvido o nosso Estado.

Não sei o nome completo do advogado; sei, apenas, o sobrenome, Dr. Brizzola, vem recebendo de há muito, dos cofres públicos paranaenses e, por esta razão é estranhável a medida e, mais estranhável ainda, dos 207 advogados que integram a Consultoria e Procuradoria Geral do Estado, apenas 40 estão recebendo delegações para defender os interesses do Estado. Ilustres nomes da advocacia de Curitiba não recebem incumbências de parte do Sr. Consultor e Sr. Procurador e, ao que tudo indica, não se pretende, numa próxima classificação, que é motivo de toda justiça aos Srs. Advogados, não se pretende nessa reclassificação, incluir os 207 atuais advogados e, simplesmente, aqueles 40 que vêm recebendo delegações para defender os interesses do Estado do Paraná perante a nossa Justiça.

Era este aditamento que faríamos na manifestação oportuna do Deputado Osvaldo Macedo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Conforme estava previsto, durante parte da manhã e da tarde de ontem, uma representação desta Casa, formada pelos Deputados Antônio Facci, Ernesto Dal'Oglio, Gilberto Carvalho, Fidelcino Tolentino, Roberto Bernardi e este que ocupa a tribuna, compareceu a dois estabelecimentos vinculados ao Instituto de Assistência ao Menor para conhecer o trabalho que é desenvolvido sob a direção geral do Dr. Newton Grein. No Centro de Formação Profissional para Menores de Campo Comprido, fomos recebidos por S. Exa. o Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social — Dr. Arnaldo Busato, Dra. Beila Raiz e pela Direção daquela Instituição Educacional, e, passamos a visitar os diversos departamentos que são ali mantidos.

Impressionou-nos, sobremaneira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o interesse demonstrado pelos professores que, acompanhando os seus alunos na moderna gráfica, na sapataria, na serralheria, na padaria, na serraria e, também, em uma oficina muito bem montada de tornearia, levam aos seus alunos conhecimentos básicos, para, quando saírem daquele estabelecimento, terem a oportunidade de integrarem-se, perfeitamente, à comunidade, ao tempo em que alcançam uma realização pessoal.

Depois de visitar esse Centro de Formação, chegamos à Guarda-Mirim. Após cumprimentarmos os diretores daquele estabelecimento, conversamos com diversos internos atualmente ascendendo à casa de 538 crianças e pudemos percorrer as instalações daquela bem montada instituição, localizada à Avenida Garibaldi.

Este estabelecimento, iniciou com cem menores internos, e hoje, quase seis centenas estão ali recebendo o apoio necessário capaz de colocá-los em posição de vanguarda na sociedade.

E isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se realiza sem uma despesa altamente onerosa aos cofres públicos estaduais, porque graças a uma planificação elaborada dentro da melhor técnica, cada menor ao Estado do Paraná, atualmente está tendo um custo mensal de setecentos e sessenta e oito cruzeiros em todos os estabelecimentos vinculados ao sistema de proteção ao menor.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrando a visita que foi realizada, queremos dizer da nossa satisfação em observar que alguma coisa está se fazendo em nosso Estado para resolver este grande problema.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — “De fora, a impressão que transpira dos Gabinetes onde a Constituição passa por uma cirurgia secreta, é que o Governo está transformando rancores em leis.” (Jornalista Marcos Sá Corrêa).

(Lendo): “Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um forum político se torna digno pelas soluções que dá aos problemas emergentes. Torna-se digno pelos temas de que trata, no esforço de responder a necessidades e expectativas.

E essa dignidade reveste todos os seus participantes se conseguem esclarecer a relação de suas responsabilidades específicas com os grandes problemas da nação.

Porque a ação política não pode nem deve restringir o âmbito de suas preocupações aos fatos menores. Precisa ligar o particular com o geral, de forma que este ilumine e explique aquele, mas que o particular comprove e confirme a lei, em regra.

Não há lei fundamental da exceção. Não há legislação básica da excepcionalidade. Quando se perde isso de vista é porque já se perdeu a capacidade de representar os interesses gerais — o que é de todos.

Perdoem os tratadistas e os casuístas, mas a lei é lei porque trata do geral, do universal, do que é dominante. E ela somente trata do diferente, do casual e fortuito e do minoritário justamente na confirmação do que é de todos, do que é geral.

Quando as leis e as normas tratam do específico, do anormal e excepcional, sempre o fazem por referências ao que é maior. Com referência ao que serve a todos e é assim entendido. Na política e na economia, com referência ao que é do interesse da nação, do povo que a compõe.

Senhores Deputados:

A Assembléias Legislativas e também as câmaras municipais, qualquer que seja o território próprio, precisam encontrar essa relação de necessidades e responsabilidades, para que alcancem os objetivos implicitamente delegados pelo povo e mereçam o respeito como expressão de lideranças sociais.

Necessitam dirigir o eixo de seus trabalhos em acordo com a sensibilidade política da Nação. As tarefas específicas precisam ser relacionadas àquilo que é dominante, que promove a unidade e a identidade nacionais. E, quando as questões nacionais assoberbam os espíritos, determinam o interesse popular, não há como deixar de lhes dar primazia.

Há os momentos do particular, do específico, mas eles só adquirem sentido maior dentro do geral, da Nação e do Estado.

E quando as questões e causas nacionais se evidenciam, o particular, a exceção e o casuismo configuram estreiteza, pequenez e incompetência.

Assim é para governados, representantes e governos.

Questões tão elementares, que são da vida dos povos civilizados e chegaram a se constituir na rotina das informações políticas precisam hoje ser reafirmadas. Parece que o senso exige a reposição nos debates daquilo que é matéria vencida no campo das conquistas sociais do nosso tempo.

Isso porque o contra-senso cobrou forças, na medida em que limitadas pessoas pretendem impor a todo o povo seus ditames e interesses. O povo deixou de existir como entidade política da Nação.

Senhores Deputados!

A vida social evolui, se desenvolve com o pacto entre os homens que compõem a nação. Vive da comunhão que as práticas estabelecidas nas atividades produtivas, na organização social e política lhes permite, e se expressa com clareza nas leis do interesse geral, lideradas pela síntese constitucional. Isso é uma representação simples do processo que garantiu a civilização do nosso tempo, dos sistemas sociais a que nos ligamos por aspirações básicas.

Os homens produzem e se organizam face a necessidades. E essas necessidades se transformam em leis. E a função de legislar é por-se em consonância com as necessidades sociais.

Mas pode acontecer que a função de legislar seja uma dissonância e que a legislação deixe de expressar a legitimidade da necessidade social. Pode acontecer que a necessidade social seja relegada e que a preocupação dos governantes seja manter e aprofundar a exceção e não a regra; seja, enfim, encontrar justificativas para si mesmos. E, então, estamos frente a um grave problema: se nós representamos a nação, e procuramos efetivamente representá-la, como devemos nos pôr frente à anti-nação?

Porque, com certeza, sem nos atermos às questões formais, o conteúdo mesmo dos comportamentos é que mostra o que se ajusta ou não ao interesse do povo, ao interesse da nação. O verbo, o conceito e o substitutivo constituem a decorrência caracterizadora. Eles definem mas não formam, nem realizam.

E aqui temos um fato social diferente: Não conta a maioria, não conta a necessidade social, não conta uma lei maior e sim uma vontade menor e inexplicita. E não conta a representação da vontade popular. E se isso tudo não conta, conta seu oposto, sua contradição, sua negação.

Senhores Deputados:

Quando a vida social é toda ela governada pela exceção estamos vivendo o que é inviável, o que não leva a um resultado positivo. Estamos vivendo pelo não, pelo proibido, pelo arbitrário e não pela lei como decorrência das necessidades sociais. Não há como duvidar de que a primeira questão que se põe na vida civil é a dos direitos dos homens: a história nos mostra, a evolução dos povos nos mostra. Os direitos constituem o primado; os deveres civis, sua correspondência.

E só assim podemos entender realmente como se apresenta a sociedade moderna. E os deveres civis não podem ser entendidos como a negação dos direitos; são seu complemento socialmente necessário. Esses deveres remetem o homem para a dimensão da vida social.

No entanto, estamos vivendo uma situação tão estranha, uma deformação social que quer convencer a todos nós de que os deveres sociais são uma negação dos direitos fundamentais. De que devemos nos submeter à negação dos direitos fundamentais do homem e do povo como prelúdio para a conquista de direitos futuros.

Os sistemas sociais que construíram civilizações adiantadas de nosso tempo podem privilegiar o homem ou o povo e suas classes trabalhadoras, mas com certeza nenhum deles os desprezou objetiva ou subjetivamente, em favor de fatores sociais. Estamos vivendo o inviável.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Permitam-me, como hábito da cultura brasileira, socorrer-me de expressivo nome no campo das ciências sociais, para uma citação: Stuart Mill, falando sobre a liberdade política nos diz:

"... todavia, chegou um tempo em que, pelo caminhar dos negócios humanos, os homens puseram ponto no juízo que faziam sobre a necessidade natural de que os que os governavam constituíssem um poder independente, de interesses opostos aos deles. Pareceu-lhes muito melhor que os vários magistrados do Estado fossem seus agentes ou delegados, a quem à vontade retirassem o mandato. Só por este meio, segundo se lhes afigurou, podiam ter completa garantia de não se abusar dos poderes do governo em prejuízo deles. Pouco a pouco, esta nova exigência de representantes do governo, de eleição temporária tornou-se o objetivo culminante

dos esforços do partido popular, onde quer que tal partido existisse; o que muito consideravelmente invalidou os prévios esforços para a limitação do poder dos chefes do governo. Como a luta partia da pretensão de que esse poder emanasse da escolha periódica do povo, não faltou quem começasse a pensar que se ligara demasiada importância à limitação do poder mesmo. Era isso (parecia talvez) um recurso contra os que governavam, cujos interesses eram de ordinário opostos aos do povo. O que se precisava agora era que aqueles homens se indentificassem com este povo; que o seu interesse e a sua vontade fosse o interesse a vontade dele. A nação não precisava de ser protegida contra a sua própria vontade. Nenhum receio havia de que ela se tiranizasse a si própria. Que os dirigentes do governo fossem efetivamente responsáveis para com ela, prontamente por ela removíveis, e podia assim confiar-se-lhes o poder, de que se podia também ditar o uso a fazer. Tal poder não era senão o próprio poder da nação, centralizado, e numa forma conveniente ao seu exercício".

Mas, Srs. Deputados:

A citação tem o objetivo apenas do realce de que não procure conformar os fatos a uma ótica limitada, a uma interpretação pessoal. O discurso, o estudo sobre a importante questão da democracia e da auto-determinação do povo não é uma divagação: expressa, quando resultado de necessidade e razão, a articulação entre a vida social e o entendimento dos homens. Entendimento que sobra com justiça a muitos e falta a alguns líderes políticos neste país.

As classes sociais — segundo as melhores fontes na ciência da sociedade — lutam por seus interesses, mas lutam e também se ajustam. A Constituição capitula a proibição de exarcebar o ódio e a luta de classes. Poucas vezes tem sido cruamente caracterizada uma separação entre nação e poder, entre povo e segmentos ou camadas de classe. Entre sociedade e tutela.

Estamos vivendo um tempo em que os fatos estão caracterizando profunda divisão entre a nação e o poder, entre as classes sociais e os governantes. Explicitamente já se chegou à confissão de que não importa o que pense e queira o povo, isto é, a nação, mas sim o que deseja limitado número de pessoas no governo.

Cada vez mais circunstrito em suas decisões, o governo se antepõe aos princípios governativos que desejamos construir e consolidar. E nessa ação insensata aprofunda o fosso que separa a vontade e a decisão popular das leis que dele emanam profusamente. Leis que, como se disse, partem da justificação da exceção para atingir a todas as necessidades sociais.

O passo final está sendo dado. Realmente, o governo decidiu tornar inviável o sistema político brasileiro. Inteiramente inviável, pois retira as últimas alternativas da expressão da vontade e decisão popular: definiu-se como condutor e coonestador dos caminhos políticos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos conscientes de que representamos o povo. Por vezes bem, outras vezes como fiscais do aparelho burocrático do Estado, com natural limitação dos horizontes políticos.

Recusamos, conscientemente, aceitar o papel que deu origem às câmaras municipais: de "eleitores privilegiados dos governantes" e de colaboradores personalizados e ajudantes do esforço governativo. As próprias câmaras municipais se desvencilharam dessa concepção estreita de seu papel representativo.

E essa recusa tem sido justamente o que espera o povo, porque não está entendendo a limitação cada vez maior de seus direitos civis e nossa aceitação a um papel secundário, quando justamente o que precisa o país é um legislativo cada vez mais forte. Porque somente um legislativo forte pode assegurar os direitos legítimos e intuteláveis do povo.

O conjunto de medidas que o governo está editando constitui o claro delineamento de fronteiras, entre ele e a nação, entre os governantes e o povo. Podemos dizer que nunca foi tão clara a manifestação dessa separação temerária senão ilegítima e anti-popular.

E o Poder Legislativo em todo o país deverá abdicar das prer-

rogativas delegadas pelo povo. Deverá dizer sim ou não, à negação de um sistema político organizado como representação da vida social? O que o povo espera de nós? O que deseja o governo que faça um poder independente e ativo? Que coonestos os caminhos que escolheu em sua responsabilidade junto à Nação?

O que deseja o governo não muda a realidade social. E na realidade temos que contar as necessidades e a vontade popular. O governo pretende tornar inviável a vida política normal: submetê-la ao túnel da anormalidade e das exceções.

Nós, a nação brasileira decidimos que é chegada a hora de retornar à legitimidade nacional”.

Obrigado. (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência consulta o Sr. Deputado Lúcio Machado se deseja usar o Expediente por doze minutos. (ASSENTIMENTO).

Com a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chora a Nação brasileira. Vertem lágrimas profundas dos olhos da Democracia deste País.

A exceção e a excepcionalidade demonstram mais uma vez, o seu alto poder de força. No que caminha a resolução do Parlamento foi feita pelo Executivo em prazo recorde e não se sabe qual a direção, os destinos desta Nação, deste País, onde o arbítrio, a cada dia que passa, avanta-se mais. De que vale o Poder, se este Poder nada representa para a Nação e que é de fato o Poder representativo nacional, o Parlamento?

De que vale a escolha do povo para sua representação, de seus representantes se tornam mutilados e ajudam a escrever páginas históricas das mais negras para esta Nação de tradições das mais importantes e das mais destacadas do planeta terráqueo?

Permita-me, Sr. Presidente, ler para que conste dos Anais da Casa, um artigo do colunista Carlos Chagas, inserido no “O Estado de São Paulo”, de hoje, cujo título é o seguinte: “POR QUANTO TEMPO MAIS?”

“Ninguém sabe. Pode durar menos de um ano, mas também pode durar outros 13, 30 e até 50, especialmente se até lá nos tivemos transformados em grande potência.

Este o incommensurável pretexto a justificar toda a sorte de absurdos, inclusive os atuais, que por partirem de quem estão partindo-no caso General Geisel - levam o presente à perplexidade e o futuro ao imponderável. Porque a credibilidade havida no passado acabou. Morreu de morte matada. Afinal, o Presidente era a derradeira esperança de uma compatibilização, mesmo remota e gradativa, entre o regime e a democracia. Tanto assim que não só prometeu, mas até agiu no rumo da distensão. Se agora apela para os mecanismos mais primários de preservação do arbítrio, se não hesita em utilizar os instrumentos mais amargos da exceção, a resultante é evidente: nada resta fazer a não ser tudo.

Além de invertida, é falsa a equação do desenvolvimento justificando práticas jurídicas e institucionais de exceção. O aumento do produto nacional bruto, o incremento nas exportações ou o nome do Brasil sendo pronunciado com respeitosa subserviência em algum país africano ou sul-americano não bastam para explicar a exceção e o arbítrio. A glória, a honra e a força nacional não pousam ou se assentam fundamentalmente na imagem que possamos levar lá para fora de nossa realidade. Até porque, na maioria das vezes, imagens pré-fabricadas não correspondem às verdades. Um ou outro Silveirinha da vida tentará vender essa bobagem como axiona, o que aliás importa pouco. Que o Barão do Rio Branco, quando tiver tempo, ilumine o seu pupilo transviado.

A anotar, a partir da edição da primeira reforma da atual reforma ilegítima, ontem, está a constatação do desconhecido como principal fator de qualquer previsão imediata ou remota. Já que a institucionalização com base em valores estáveis não

será mais possível, não apenas os governadores permanecerão na ignorância do dia de amanhã. Também os governantes passam a integrar o mesmo bloco - ainda que em momento algum o venham a reconhecer. Por quanto tempo mais a situação vai durar? Torna-se a pergunta não apenas nossa, mas deles, na medida em que necessariamente tenham de apelar amanhã para novos casuísmos, se os de hoje não bastarem para a concretização de seus intentos. E até que ponto as estruturas nacionais suportarão intactas tantas pressões?

Respondam eles, se puderem, mas bem rápido, pois breve terminarão por implantar para a política um princípio da moderna ciência das comunicações: o meio vai virar a mensagem, também em termos institucionais, na medida em que a exceção passa a se constituir num fim em si mesma.

Há desânimo no País, diante do que vem acontecendo, mas fatalismo não há. De repente, sentimos não estar mais acuados, nem temerosos, nem prestes à debacle final. Eles, isolados é que dão mostras de se encontrar assim, pois caso contrário não tomariam, no recôndito dos gabinetes, as decisões à luz do debate amplo e profundo. Diante do deflagrar num relâmpago que ilumina a tempestade, vemos como as posições antes confundidas surgem claras:— Não haverá que acreditar mais nas promessas institucionalizadoras dos detentores de poder, cultores permanentes da exceção que se revelaram, mas nem por isso haverá que desacreditar da institucionalização. Pode demorar menos de um ano, pode demorar 13 anos, 30 ou 50. Pode custar sacrifícios e valores ainda maiores dos que até agora despendidos, mas no fim de tudo, um resultado único se revelará, o da falência do arbítrio, porque precário, em troca da perenidade do Direito, porque eterno. Nesse dia, os casuísmos serão coisas passadas, mesmo aqueles que ainda possam ocorrer”.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência consulta a liderança do MDB se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Havendo declinado, consulto à liderança da ARENA se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Será cedido ao Deputado Augusto Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço, de início, a deferência especial da liderança, em nos conceder alguns minutos.

Ouvimos ontem, com atenção, um pronunciamento que julgamos importante, do Deputado Egon Pudell, cujo pronunciamento fazia um relato minucioso, com referência ao soja. E, nós, que representamos também uma região autenticamente agrícola, que é a região do Noroeste paranaense, mais especificamente a região de Campo Mourão, e como naquela região o produto principal que nos gera fontes de recursos também é o soja, julgamos importante aquele pronunciamento.

E é ainda sobre o soja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós queremos falar hoje. Todos sabem da variação que tem tido a comercialização do soja, os preços atingindo um ponto fora da perspectiva de qualquer agricultor, o que para nós é muito bom. Mas, na verdade o que se apregoa, de que o sojicultor é um homem que está enriquecendo com esta safra, não é bem verdade. Porque nós sabemos, e sabemos porque sofremos, porque agricultor também somos, de que há dois anos o agricultor que trabalha com trigo e soja tem tido reveses.

Em 75, a produção de trigo foi desastrosa, e conseqüentemente colocou o agricultor em dificuldade. Em 76, o mesmo

fato ocorreu, fazendo com que o agricultor daquela região e de todo o Paraná e de todo o Brasil que trabalha no ramo, ficasse remontando os seus débitos junto a entidades creditícias, seja em Bancos particulares ou seja do Governo através do Banco do Brasil.

Portanto, a situação era quase calamitosa nesta safra. E, para alegria nossa e para alegria do Paraná e do Brasil houve esta alta no preço da soja, compensando assim todos os reveses e colocando o agricultor novamente em entusiasmo para continuar produzindo, para a grandeza do nosso País. Porém, agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos ciência há poucos dias da aplicação do confisco sobre o preço do soja.

Não somos contra o confisco, apesar de sermos produtor de soja e vendedor de soja. Nós aceitamos como normal e como medida certa e correta, pois é justo de que, quando em algum setor há grande favorecimento, o governo tome as providências para que não fiquem exageradas as coisas.

Foi justo no nosso entender, porque garantiu ao nosso mercado interno um preço mais acessível, e conseqüentemente, garantirá ao consumidor de óleo também um preço mais acessível, dentro das possibilidades, é claro.

Tivemos ciência também de que está sendo recolhido o ICM; o Imposto de Circulação de Mercadorias com referência ao confisco.

Dáí então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós resolvemos ocupar esta tribuna para não concordar com esta incidência de ICM sobre o confisco, pois se o confisco ao nosso entender já é uma participação, uma porcentagem do Governo, não devemos então, nesta participação do Governo, contribuir com o ICM.

E por isso, e entendendo ser justa a nossa intenção, e sabendo também, de que o Governo do Estado já está tomando providências para que não haja esta incidência, sabemos também de que as Cooperativas que são os órgãos mais afetos, diretos à agricultura também estão se movimentando, no sentido de que não haja esta incidência.

Mas nós entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que esta Casa que representa verdadeiramente o nosso povo, também não poderia se calar, também deveria manifestar a sua intenção de que está atenta ao problema na defesa de um produto que está salvando a Pátria da nossa região. Por isso fizemos um requerimento que tomamos a liberdade de ler:

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (ASSENTIMENTO).

Ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. no que conflita com o meu modo de entender, o chamado confisco cambial do soja, eu não posso concordar com V. Exa. e por isso, tomo a liberdade de me pronunciar. Porque V. Exa. sabe que a produção de soja principalmente, aqui no Paraná, se deveu ao arrojamento da iniciativa privada. Principalmente, no final da década de 60 e no início da atual década.

E o desenvolvimento desta produção se deveu ao encorajamento que os primeiros fazendeiros deram à produção da soja, quando nem havia praticamente aqui no País, qualquer intenção do governo, e disso ninguém pode se distanciar, quando os primeiros agricultores começaram a fazer plantação no Estado de São Paulo, sobretudo na região Alta-Sorocabana, e que de lá para cá, veio sendo implantada no norte do Paraná, pulou os Rios Ivaí, Piquiri, chegou ao oeste, e ao sudoeste, já na década de 70, e nenhum incentivo trazia o Governo se não no princípio de 1970 quando se começou a esboçar através do Banco do Brasil uma proteção para a agilização dos produtos agrícolas.

Aí então, surgiram os primeiros incentivos para a destoca, até então marginalizada, até então distanciada. Foi preciso que uma plêiade de homens brasileiros fossem aos Estados Unidos na região da alta produção da soja, e trouxessse para o Brasil, para o Paraná principalmente, esse estilo novo de agricultura. E o preço da soja, o preço de competição do mercado

internacional, era todo conflitante. E através de uma imposição da própria iniciativa privada, dos agricultores, foi que se chegou a conquistar no mercado internacional um posicionamento adequado para o preço.

E V. Exa. se lembra que prejuízo até 1974 o produtor do soja, que não tinha incentivo nenhum.

E agora, através da inflação, através desse ciclo econômico desse pós-milagre econômico-brasileiro, é que houve uma sedimentação no pensamento e o Governo se concientizou e até por uma imposição da iniciativa privada. E agora vem com o confisco como o remédio para suprir os cofres públicos, da deficiência que o próprio Governo está impondo. E é nessa parte, na filosofia do Governo que não posso concordar com V. Exa. porque se subtrai dos lucros que agora o agricultor está tendo e é um lucro justo e justificado, porque se trata aqui no Brasil de uma modernização de economia de mercado. Nem seria justificável, até pela filosofia do Governo, nem seria justificável que se subtraísse através desse expediente, expediente para mim até jocoso, contra o agricultor, sobretudo do Paraná. E não posso concordar também com V. Exa. porque acho que o confisco pode garantir o preço acessível no mercado interno, para o abastecimento das indústrias e do óleo de soja, como é o pensamento do Deputado Werner Wanderer, no que eu também discordo. Porque se o Governo tem mecanismo de defesa e não usa, de uma outra forma, não entendo porque confiscar agora, sobre tudo aí. Porque agora as cooperativas que congregam as classes dos produtores rurais, as cooperativas foram criadas pelo Governo.

Não vejo razão agora para que o Governo incida contra uma coisa que ele mesmo criou. Porque agora chegou a hora de dar ao agricultor a viabilização de melhorias das suas condições na fixação no próprio terreno, onde ele trabalha.

Não vejo razão, justificação para isso. Concordo com V. Exa. que o ICM não pode incidir, naquela quantia confiscada, Isso para mim será tributação.

Evidentemente, não posso concordar nessa parte com V. Exa. em pronunciamentos dessa natureza, contra o confisco e contra a incidência do ICM sem terem sido feitos através de cooperativas tais como a Cotriguaçu, Copavel, Copave e tantas outras, que reunidas são congregadas pela Cotriguaçu na região Oeste do Paraná.

Nesta parte parabeno-me com V. Exa. mas me penitencio, porque V. Exa. está de acordo com o confisco.

Aliás, estudos recentes feitos pelo OCDE; que é um organismo internacional, esse organismo entende que dentro da próxima década de 80, haverá um ciclo evolutivo dos produtos agrícolas e os países em sub-desenvolvimento ou em desenvolvimento, sofrerão a marginalização imposta pelos países industrializados por causa do mecanismo do mercado internacional.

Acho que é preciso que se desperte, sobretudo nesses países, uma filosofia nova, uma idéia nova, para que esses países possam se impor aos países industrializados e usem destes produtos que atualmente, os industrializados estão tomando a baixo preço, para auferirem grandes lucros em cima dos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço o aparte de V. Exa. que vem abrilhantar o nosso pronunciamento.

Devo dizer que em parte também concordo com V. Exa. quando se refere aos trabalhos extraordinários dos pioneiros na nossa região, no plantio soja-trigo.

É inegável que, nesta hora, os homens que iniciaram ainda sem ajuda do Governo, tiveram um trabalho extraordinário e por isso merecem o nosso reconhecimento.

Mas, discordo de V. Exa. em seguida porque também reconheço o valor da ajuda do Governo através dos Bancos do Estado e do Brasil, quando abriram um financiamento sem limite, ou quase sem limite, incentivando cada vez mais, a mecanização da la-

louva.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Permita-me, nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa. No entanto, concede-lhe mais 2 minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Obrigado. Concedo o aparte ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Deputado, acho que o Governo existe justamente para manipular com todos os recursos que possui e melhorar a vida dos brasileiros. Acho que é obrigação do Governo ajudar, com incentivos e empréstimos, a nossa agricultura, até porque ele precisa das classes produtoras para se manter no cargo que ocupa. Seria até paternalismo filosófico se não se pejasse dessa forma.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Obrigado.

Sr. Presidente, o meu requerimento está vazado nos seguintes termos: LÊ:

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvida a Casa, seja enviado ofício a S. Exa. Sr. Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda, solicitando que dentro das viabilidades, seja estudado e regularizado a bi-tributação que está ocorrendo na comercialização na exportação do soja; visto que, está se recolhendo ICM, sobre 7 por cento do confisco.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1977”.

Era só, Sr. Presidente. (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei 114/76, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADA. — Será encaminhada à CCJ., para que se proceda a juntada ao referido projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 129/76, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que concede TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, ao Sr. JOSÉ VICTORINO MONTEIRO JAMES. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneás Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Almir de Almeida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Almir de Almeida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Almir de Almeida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de sugestão, no sentido de serem promovidas palestras pelos meios de difusão versando sobre incêndio e como devem se comportar as pessoas nessas condições. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo que dentro das viabilidades, seja estudado e regularizado a bi-tributação que está ocorrendo na comercialização e na exportação do soja. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares e Trajano Bastos, na qualidade de líderes das duas Bancadas, constante do expediente, solicitando que na sexta-feira vindoura, dia 22, não se realize sessão ordinária, destinando-se o tempo que lhe corresponderia a trabalhos das Comissões. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da República, por haver assinado ato revogando o Parágrafo único, do Art. 17, da Lei 4864, que permitia ao proprietário retomar imóvel cuja locação estivesse sob regime jurídico. — Em discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Justiça, referente a processos judiciais, em que o Estado do Paraná é parte, se encontram em fase de julgamento ou processamento perante do Egrégio Supremo Tribunal Federal e diversos ítems. — Em discussão.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição na ata dos trabalhos da sessão do artigo publicado no “Jornal do Brasil”, sob o título “A Crise de 1.984”. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação e Cultura, a fim de esclarecer as razões do não cumprimento do disposto no artigo 125, da Lei Complementar e outras considerações. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito à Mesa que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Mesa defere a solicitação de V. Exa. e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

(É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL DOS SRS. DEPUTADOS).

O SR. 1o. Secretário — Responderam a chamada trinta e seis Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Permita, Sr. Presidente, que eu faça o encaminhamento aqui mesmo da bancada. Não quero cansar esta Casa voltando a bater neste tema, nem quero atrasar o ímpeto daqueles que pretendem jogar por terra a pretensão que tínhamos e que trazemos à Consideração da Casa.

Sr. Presidente, a convocação de um Secretário de Estado me parece da mais alta valia, me parece do mais alto interesse, me parece, colocado nos termos elegantes e lhanos com que o foram, me parece capaz de fazer com que os Poderes Legislativo e Executivo encontrem uma fórmula de debate aberto,

franco e leal, é verdade, mas encontre uma fórmula de diálogo, diálogo produtivo, diálogo objetivo, diálogo capaz de esclarecer, de um lado, o Legislativo naquilo que se processa, algumas vezes até de maneira estanque e hermética; do outro lado, capaz também de poder esclarecer ao Executivo, algumas vezes tão distanciado das realidades, dos anseios e da vontade popular.

Entendi, Sr. Presidente, com essa iniciativa e assim a coloquei, pretendi não ofender o Poder Executivo, pretendi não ferir susceptibilidades do eminente, culto, preclaro e intocável Secretário da Educação e Cultura deste Estado. Pretendi, Sr. Presidente, contrariamente.

Não vejo onde e não vejo como se possa entender que pretensão desta ordem cause ou venha a causar diminuição na imagem de respeito que possa merecer uma autoridade deste jaez e deste quilate. Apenas pretendíamos e apenas queríamos o debate e o diálogo num tema da maior importância para esta Casa, para o Executivo, para o ensino e para o Paraná.

Foi com este objetivo e com esta intenção que oferecemos a idéia à Casa, que subscrevemos a pretensão que há de colher agora a manifestação soberana deste Plenário.

Por isso, Sr. Presidente, por isso, Srs. Deputados, para que encontremos uma ponte capaz de maneira responsável, capaz de maneira séria, oferecer troca de caminhos, troca de entendimentos, perguntas e idéias, é que apelo à eminente bancada da ARENA.

É dirigido o requerimento com o maior respeito, é dirigido o requerimento com a melhor intensão, é dirigido com a melhor boa vontade.

Não sei e me pareceu, de início, que se abalança a ilustrada bancada governista, em mais uma vez, botar por terra a pretensão, talvez por início de origem, por ter sido encaminhada pela Oposição, por Deputado do MDB.

Mas, voltaria a este apelo, para que as coisas não tomem rumos diversos, para que não haja um endurecimento que nós não estamos propondo e nunca propusemos, pelo contrário, temos recebido e temos assim sido tratados.

Sr. Presidente e eminente líder da Arena, nesta Casa, Srs. Deputados. Parece-me que mais importante do que trazer ou deixar de trazer um Secretário nesta Casa é o ensino e a educação deste Estado. Tenho certeza e os Senhores já tiveram provas e demonstrações disso, que não faltará como jamais faltou ao MDB ou a qualquer dos Srs. Deputados, a elegância e o cavalheirismo, a ética necessária para tratar autoridade do outro lado.

Nós assim nos comportamos sempre e assim haveremos de nos comportar. Não interesse a figura humana; não interessa o mais que possa aureolar a criatura que lá está, aqui queremos apenas tratar das idéias; aqui queremos apenas tratar do trabalho; aqui queremos tratar apenas e tão somente deste tema. Nem se queira diferente, nem se queira diversamente. Um Secretário de Estado, habituado e acostumado quero crer, ao diálogo e à conversa, talvez é verdade, com platéias manipuladas, com platéias preparadas, com platéias quase sempre predispostas ao aplauso talvez, não queira buscar uma outra platéia para o seu trabalho.

Nós não estaremos aqui para o aplauso e para a admiração pura e simples, e já firmada de princípio. Estaremos aqui para o diálogo sério, franco, mas capaz de oferecer algum resultado.

É neste sentido que subscrevi este requerimento, e é neste sentido que faço o apelo aos eminentes Deputados da ARENA. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente que não é por temer o diálogo e nem

para obstaculizar uma permuta de idéias, que o requerimento do nobre Deputado Enéas Faria não terá a guarida da bancada da ARENA.

Há, lamentavelmente, uma infinita distância entre o que acaba de argumentar o Deputado Enéas Faria e os termos em que está consubstanciado o seu requerimento.

Pois o requerimento pretendia a presença do Exmo. Sr. Secretário da Educação, primeiro: para esclarecer as razões de não cumprimento do disposto no art. 125 da lei complementar número 7.

Ocorre que ontem mesmo, o Executivo encaminhou a esta Casa, o anteprojeto de lei que complementa e completa a lei complementar que estatuiu o Estatuto do Magistério.

O SR. ENÉAS FARIA — A Casa não tomou conhecimento, Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Se V. Exa. tivesse procurado pesquisar, teria verificado que a Mensagem chegou a esta Casa em prazo hábil.

O SR. ENÉAS FARIA — Caberia à Mesa anunciá-la conforme o dispositivo regimental, o que não foi feito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Penso que o Sr. Presidente faria hoje, nesta sessão, o anúncio da remessa pelo Executivo, do anteprojeto de lei complementar encaminhado na data de ontem.

De maneira que, eu tenho certeza que interpreto neste momento o pensamento de toda a bancada da ARENA, assumo o compromisso de convidar e o Exmo. Sr. Secretário de Educação, pra aqui expor com toda lealdade e franqueza, os fundamentos da política educacional do Governo do Estado, e desta vez, sem uma platéia manipulada como ocorreu quando da votação do Estatuto do Magistério do Paraná.

A ARENA votará contra o requerimento de V. Exa. Lamenta, mas tem um enfoque diverso do de V. Exa. mas, não se furtará a trazer a este Plenário ou a esta Casa, o Secretário de Educação, para que debata e dialogue com todos os Deputados. Repito, desta vez, sem platéia manipulada como já ocorreu em vezes anteriores.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência tão somente aduz que determinou a leitura na Hora do Expediente, da comunicação de que recebeu protocolado em data de ontem, mensagem sob número 63/77 do Sr. Governador do Estado, encaminhando o anteprojeto de lei que objetiva criar o Quadro Próprio do Magistério.

Era a consulta que o Sr. líder havia dirigido à Presidência e a Presidência reitera a informação.

Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação Sr. Presidente, por mais que se queira entender que o Governador do Estado tenha cumprido dispositivo do Estatuto do Magistério tão debatido nesta Casa e que, com o consenso de muitos Srs. deputados da Arena na aprovação de dispositivos que posteriormente foram vetados por S. Exa., os parlamentares, com todo respeito que nós temos - eu pessoalmente, aos deputados da Arena, apesar de terem aprovado o projeto, reformularam o pensamento e votaram com o veto do Governador do Estado.

E, especificamente quanto ao prazo de 90 dias, previsto no artigo 125 daquele Estatuto, o Diário Oficial do Estado, ontem, nenhuma notícia trazia a respeito do cumprimento do dever que o próprio Governo se tinha permitido impor. Não houve nenhum anúncio oficial do cumprimento do prazo de 90 dias para aquela matéria. E procede o requerimento do eminente Deputado Enéas Faria, justamente porque ele busca a exigência do cumprimento de um dever legal. De tal maneira que seria de todo procedente, principalmente porque ele foi colocado à apreciação do plenário, ontem e, transferida para hoje a sua discussão. De forma que eu vejo porque entende o Deputado Luiz Roberto Soares que há uma grande distância

entre a pretensão e a alocação feita pelo Deputado Enéas Faria. E percebo mais, que não só era justo mas como ainda necessário e oportuno, o requerimento e o diálogo, este diálogo pretendido, este diálogo buscado através do conteúdo do requerimento, nenhum prejuízo traria a S. Exa., Sr. Secretário de Educação e Cultura.

Muito pelo contrário, seria uma maneira de vir a esta Casa, de atender ao Parlamento, de voltar a esse Parlamento, dialogando, conversando, buscando a solução dos problemas que se pretende alcançar, que se pretende solucionar. Acho que, com o devido respeito, não há motivação, não há razão para que a bancada da Arena vote contrariamente e nem haverá tão pouco... (não entendi bem o que disse o Deputado) ... platéia organizada?

Então, Sr. Presidente eu não sei porque. Parece-me que a intenção do Deputado líder da ARENA foi de atribuir ao MDB ou ao Deputado Enéas Faria, a votação com platéia. Acho, que não seria o caso; seria até uma injustiça do Deputado, que conhece bem o Deputado Enéas Faria, que conhece bem a buscada do MDB e não teria recursos, principalmente porque a lei não nos favorece com manipulação de toda a classe dos professores do Paraná, justamente pelo fato de não termos acesso nem a rádios, nem à televisão, a não ser esporadicamente, quando há iniciativa dessas emissoras em fazer uma concessão especial ao Deputado oposicionista.

Por essa razão, acho de todo ponderável que o eminente e lúcido líder da ARENA, poderá reformular seu pensamento e permitir que se traga a este Parlamento o Sr. Secretário de Educação e Cultura, por convocação para podermos dialogar com ele já que faz tanto tempo que não o temos nesta Casa em missão oficial. — **Com revisão do orador.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, apenas para informar ao Deputado Fidecino Tolentino e aos demais Srs. Deputados que não tiveram a oportunidade de ler o "Diário Oficial" de ontem, pois que ele continha a nota do Sr. Secretário dos Recursos Humanos, comunicando aos professores do Paraná — e ao mesmo tempo, convocando-os — para tomarem conhecimento do seu Estatuto tão esperado, tão aguardado.

Dessa forma, pretende o Estado, através de sua Secretaria, dar conhecimento a todos os professores, do Estatuto do Magistério.

O objetivo, entendo eu, do requerimento que se discute nesta oportunidade, subscrito pelo ilustre Deputado Enéas Faria, perdeu sua razão de ser, porque o objetivo é, justamente, discutir com o Sr. Secretário o encaminhamento da Mensagem anunciada por V. Exa., Sr. Presidente.

Daí vemos razão nesse requerimento convocando o Sr. Secretário da Educação para vir a esta Casa, mesmo porque o Líder de nossa bancada se colocou à disposição do Sr. Deputado Enéas Faria e da bancada da Oposição, para convidar S. Exa., a vir, nesta Casa, falar sobre a Educação no Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria. — REJEITADO.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferido. (É feita a verificação).

20 Srs. Deputados rejeitam; 14 aprovam. — REJEITADO.

A Presidência, com muita satisfação, comunica que, ante a solicitação feita aos Srs. Deputados com transferência à revisão dos pronunciamentos o mais breve possível, conseguiu a publicação do "Diário da Assembléia", dentro do prazo de 48 horas previstas. E a Presidência já tem, à disposição dos Srs. Deputados, publicada a sessão de terça-feira, dia 12 de abril.

A Presidência comunica também que dispõe de avulsos da Mensagem Governamental 63/77, através da qual S. Exa. encaminha ante-projeto que cria, no Quadro Próprio do Magistério, 46 mil e 220 cargos, conforme especificação contida no anexo que faz parte da presente lei; bem como dá as normas de enquadramento e fixação de vencimentos.

Em tempo, com referência ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, aprovado em sessão do dia 06 do corrente, fixa designado o Sr. Deputado Del Ciel, para compor a Comissão de Srs. Deputados, que representará esta Casa no Congresso de Radiodifusão do Paraná simultaneamente à "Exposição das Comunicações".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.